

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.745 - RS (2018/0284988-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : LUIS CARLOS ALESSI GARCIA (PRESO)
ADVOGADO : MARINO NASCIMENTO DA SILVA E OUTRO(S) - RS0040609
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por LUIS CARLOS ALESSI GARCIA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos dão conta de que o recorrente foi preso preventivamente, em 10/11/2016, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Alegando excesso de prazo na segregação, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada nos termos do acórdão de e-STJ fl. 2.545.

No presente reclamo, a defesa reafirma as alegações originárias, razão por que requer a revogação da custódia cautelar (e-STJ fls. 2.559/2.586).

Parecer ministerial pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fl. 2.613).

É, em síntese, o relatório.

Em consulta à página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, verifica-se que o recorrente, em 20 de novembro de 2018, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória, por decisão de seguintes termos:

Pela Juíza foi dito que acolho o parecer ministerial, como razões de decidir e concedo a liberdade provisória aos réus Fabrício de Macedo Hofmann, Francis de Menezes Lopes e Luis Carlos Alessi Garcia, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, bem como de manter endereço atualizado nos autos. Expeça-se alvará de soltura se por outro motivo não estiverem segregados. O compromisso deverá ser prestado em Cartório até às 11h do primeiro dia útil seguinte ao da liberdade. Presentes intimados. Nada mais.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora recorrente o benefício da liberdade provisória, o presente recurso –

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

que objetivava, justamente, a liberdade do recorrente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

